## CBH-VERDE GRANDE



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande Instituído pelo Decreto Presidencial de 03.12. 2003 Unificado pela Resolução nº 58, de 26.11.2009, do Estado da Bahia e pelo Decreto nº 45261, de 23.12.2009, do Estado de Minas Gerais

## ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE

Aos dois de julho de 2013, no auditório do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG, na Avenida Universitária, número 1000, bairro dos Universitários, em Montes Claros-Minas Gerais, com início às quatorze horas e término às 18 horas e 30 minutos, realizou-se a 19ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande. Após verificação do quórum, o Presidente do Comitê, Marcelo Ferrante Maia, inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos e de todas. Agradeceu também a Diretoria da UFMG, em nome do Professor Flávio Pimenta, Vice Diretor, pela cessão do auditório e o acolhimento da Secretaria Executiva do Comitê, instalada nas dependências da UFMG. João Damásio, Secretário Executivo do Comitê, comenta sobre os temas a serem tratados durante a reunião, ressaltando a atual situação estabelecida pela ANA com redução na vazão regularizada no Reservatório do Bico da Pedra, acrescentando que, conforme a Codevasf, se mantida essa regularização, ficaria inviabilizada a continuidade do Projeto Gorutuba. O Secretário acrescenta que a Diretoria do Comitê recomendou a reavaliação das novas vazões e outorgas concedidas ao Perímetro Irrigado, por um determinado tempo e com determinadas condicionantes. Marcos Egídio, Chefe de Apoio à Produção, da Codevasf, convidado para a reunião, fala sobre a importância do Projeto Gorutuba, com aproximadamente 5 mil hectares irrigados, produz cerca de 75 milhões de reais por ano, oferecendo mais de 7 mil empregos diretos e em torno de 21 mil empregos indiretos. Destacou que não há desperdício de água nos condutos de água dos perimetros, ressaltando que com os novos investimentos da Codevasf em condutos de acumulação, essa água permanecerá dentro dos canais e favorecerá tanto o Gorutuba como o Lagoa Grande. Luciano Fonseca, convidado para a reunião, apresenta a atual situação de degradação na bacia do Gorutuba, da nascente à foz, sugerindo intervenções em todas as áreas apresentadas e com atuação dos principais atores da Bacia do Gorutuba. Gustavo Lage, convidado para a reunião, apresenta uma visão do produtor rural no perímetro, esclarecendo sobre a importância do DIG para o produtor rural e para a região. Esclarece sobre a absorção administrativa do Distrito pela Codevasf a partir de 1992. Oscar Magário, Presidente da ASSIEG, convidado, fala da importância do Projeto Lagoa Grande,

1

mas ressalta os problemas atuais como o racionamento de água. Destaca que de nove mil hectares, apenas 330 estão sendo irrigados, para um total de 54 empresários. Ressaltou que desde que a Copasa começou a abastecer Janaúba, joga resíduos que prejudicam o bombeamento de água. Disse que foi feito uma catalogação de 38 pontos de captação ilegal de água e que esse pessoal não obedece ao racionamento que está proposto. Disse que a ASSIEG tira água três dias por semana, para que 400 litros de água por segundo passem para os irrigantes à jusante, mas que mesmo assim esses irrigantes denunciaram ao Ministério Público contra a ASSIEG, questionando que essa água não chega até eles. Magário informou que a ASSIEG levou esse problema à direção do IGAM, que esteve no local, mas que nada ainda foi resolvido. Solicitou que seja feita a fiscalização e que se tome as providências cabíveis. Daniel Antunes, Superintendente da Copasa em Montes Claros, convidado para a reunião, inicia sua fala relatando que foi adquirida uma área ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto de Janaúba para a deposição do resíduo. Falou do esforço da Copasa para a construção da Barragem de Congonhas, agindo diretamente juntos aos conselheiros do Copam com relação a uma condicionante que impedia a construção da barragem e que exigia um projeto de transposição da Bacia do Jequitinhonha para a Bacia do São Francisco. Disse que o abastecimento de água de Montes Claros foi uma justificativa colocada para a construção de Congonhas, mas que a própria Copasa não reconheceu a necessidade naquele instante, achando que o abastecimento de água de Montes Claros estava tranquilo. Esclareceu que existia um projeto na Bacia do Pacuí, para o abastecimento de Montes Claros, mas inviável em função da situação fundiária da bacia e de problemas físicos da própria bacia. Salientou que conforme Renato Rebello, nossa região não é própria para grandes barragens, e que a região da Barragem de Congonhas não oferece problema físico, além de que os problemas fundiários são bem menores. Daniel enfatizou que a questão fundiária de Congonhas estava a cargo da Ruralminas, mas que ele sugeriu que esse encargo fosse transferido para a Copasa, o que não ocorreu. Falou da capacidade de energia que Congonhas vai gerar não apenas para o Projeto Jequitaí, mas também para bombear água para o Rio Verde Grande, reiterando que o Projeto vai gerar sua própria energia e tornar-se sustentável. Recomendou aos membros e à direção do Comitê um estudo para um projeto amplo para todo o semiárido mineiro. Afirmou que a Copasa de Montes Claros está imbuída em lutar para construção de barragens na região e que deve ser uma bandeira de todos. Finaliza dizendo que a Copasa está à disposição para ser parceira de todas as instituições que queiram juntar forças nesse sentido. Renato Rebello, convidado para a reunião, inicia sua fala alertando da necessidade de se criar obras de

-00-

convivência com a seca e que esse é o papel do DNOCS. Acrescenta que as duas últimas barragens importantes que foram feitas aqui foram a do Bico da Pedra pelo DNOCS, depois passada para a CODEVASF, e a de Juramento, pela Copasa, na década de 70. Completou que a construção de Congonhas voltou para o DNOCS e será novamente licitada no Regime Diferenciado de Contratações - RDC. João Damásio recomendou que a ANA deve convocar os interessados para discutir o problema do Bico da Pedra. Tânia Dias lembrou que desde que a ANA iniciou em 2003 a discussão da Alocação Negociada de Água na Bacia do Gorutuba, nenhum usuário faz uso da água sem a discussão no âmbito da Comissão Gestora. Acrescentou que Rodrigo Flecha, atualmente Superintendente de Outorga da ANA, aceitou convite do Comitê para vir discutir o assunto, ainda no mês de julho. Athadeu Ferreira, dirigente da Codevasf, convidado para a reunião, fala da solicitação da Codevasf de pedir nova alocação de água no Gorutuba, em razão da legalização do Perímetro. Destacou que a vazão regularizada seria em torno de 4.274 metros cúbicos de água por segundo, acrescentando que com o estudo do Plano de Bacia no Verde Grande, finalizado em 2011, a vazão foi reduzida para 3,08 metros cúbicos por segundo. Ressaltou que a Codevasf, detentora da outorga, pediu ao DIG uma renovação de outorga que deveria mesmo ter contemplado 2 metros cúbicos por segundo, mas que essa outorga veio para o DIG um pouco acima de 2,21 metros cúbicos, mas que a ANA reduziu para 0,81 metros cúbicos por segundo, com base em critérios bem objetivos, mas destacou que a vazão alocada em 2003 continua permanecendo. Salientou que a ANA retirou do DIG 1,2 metros cúbicos, gerando um problema porque o DIG tem vazão de 0,81 metros cúbicos outorgados para 4 mil hectares plantados e a ASSIEG, logo abaixo, com outorga permitida de 1 metro cúbico por segundo. Afirmou que há outros usuários com áreas menores, e que houve um rateio entre os usuários, mas quem ficou realmente prejudicado foi o DIG. Destacou que assim o DIG vai estar ilegal perante a lei, a menos que se reduza a área mais que a metade. Athadeu recomenda definir um nível de alerta para o abastecimento humano e que os usuários assumam a responsabilidade de acatar a decisão. Destaca que a Codevasf solicita abrir uma mesa de negociação para todas as outorgas no Gorutuba. A promotora Doutora Ana Eloísa, relatou sobre as construções irregulares no entorno da Barragem e que ações já foram ajuizadas pelo Ministério Público para a retirada dessas construções. Informou que o Ministério Público firmou Termo de Compromisso com a mineração de Riacho dos Machados diante da possibilidade de contaminação da Barragem do Bico da Pedra. Lembrou que em reunião com a Diretoria do Comitê, foi ventilado que talvez houvesse recurso da Copasa ou Codevasf, para a



revitalização do Gorutuba e que para isso poderia ser feito um Termo de Compromisso. Finalizando colocou o Ministério Público à disposição para participar das negociações. Marcelo propõe arranjo institucional envolvendo os principais atores da Bacia para começar o planejamento do Plano de Bacia, com metas e datas pactuadas, destacando a presença da promotora, da Codevasf, Copasa e outros órgãos. Luiz Guilherme comenta que o Plano tinha ações que já eram para estar em execução, mas que tudo continua na estaca zero. Cita o caso de Congonhas, acrescentando que há dez anos o Comitê luta por essas obras. Athadeu coloca que não se pode misturar as discussões e que o foco deve ser a Alocação no Gorutuba. Acrescenta que para discutir a Alocação, a Comissão tem que estar instalada, ela representa todos os segmentos da sociedade e tem que decidir sobre a questão. Destacou que é necessária a discussão do planejamento à montante da Barragem para sua revitalização. João Gustavo pergunta a Daniel sobre a perspectiva do abastecimento de água em Montes Claros e como anda o abastecimento de água nos bairros da cidade. Daniel responde que se houver realmente uma seca como a de 76 Montes Claros corre um sério risco e que os bairros recebem água todos os dias. Orlando Machado diz que sai da reunião do jeito que entrou: surdo mudo e cego em relação a congonhas. Sugere um calendário de ações entre os órgãos. Socorro fala da angústia que a construção de Congonhas tem gerado a todos e faz a defesa dos representantes dos órgãos ambientais do IBAMA e da SUPRAM. Acrescentou que é preciso conclamar a classe política. Marcelo diz que é preciso criar um fato político. Rafael, do IBAMA, destaca que tem a proposta que o Comitê faça uma Moção ao Secretário de Estado, pedindo a Licença Ad Referendum, para depois cumprir as condicionantes, acrescentando que o Secretário tem essa prerrogativa e que não se pode desprezar o poder do Comitê. Socorro confirma que a Moção para esse caso é o documento ideal Em seguida, após diversos apartes, a plenária aprovou a elaboração de Moção solicitando rapidez nas decisões para a construção da Barragem de Congonhas, e que a Moção deveria ser enviada aos órgãos federais responsáveis por construção de barragens, ao Governo de Minas e aos políticos da bancada do Norte de Minas. Socorro aponta que a Moção já está aprovada pela plenária e que o seu texto final será avaliado pela Diretoria do Comitê. Tânia explica sobre o processo eleitoral e da possibilidade dos membros da atual diretoria poderem participar do processo, o presidente podendo se candiatar a secretário executivo e o secretário executivo podendo ser candidatar a presidente, assim como os demais cargos da diretoria. Acrescenta que será elaborado um comunicado sobre datas e procedimentos do processo eleitoral e será enviado a todos os membros do Comitê. Marcelo comenta sobre Seminário que poderá ser realizado convocando todas as



instituições acadêmicas, órgãos públicos e privados e profissionais capacitados para discutir e abrir novas propostas para a soluções dos graves problemas da Bacia do Verde Grande. Acrescenta que é necessário determinar com os órgãos públicos os prazos metas das ações. João Gustavo solicita que seja colocado em ata que Daniel Antunes, da Copasa, alertou que se não chover até janeiro de 2014, Montes Claros vai ter que buscar água no rio São Francisco. Finalizando a reunião e nada mais tendo a tratar, eu, João Damásio Frota Machado Pinto, lavrei esta presente ATA, que depois de lida e aprovada pela plenária, será assinada por mim e arquivada na Secretaria do Comitê, juntamente com a lista de presença da reunião e será também inserida no Site do Comitê.

João Damásio Frota Machado Pinto Secretário Executivo do CBH-Verde Grande

Secretaria Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande - Avenida Universitária, 1000 – Bairro Universitários UFMG –Bloco "B"- Sala 2- Montes Claros/MG- Site: <a href="www.verdegrande.cbh.gov.br">www.verdegrande.cbh.gov.br</a>- Email: <a href="mailto:cbhverdegrande@yahoo.com.br">cbhverdegrande@yahoo.com.br</a>